

# NOVAS MORFOLOGIAS DO TRABALHO DOS CATADORES DE RESÍDUOS SÓLIDOS: DA INFORMALIDADE AO TRABALHO ASSOCIATIVO

Avanço de pesquisa em curso

GBT-18 - Restructuración productiva, trabajo y dominación social

Vanessa José da Rocha  
Alicia Ferreira Gonçalves

## RESUMO

O incessante desenvolvimento das forças produtivas e a relativa paralisia nas relações de produção, contradição imanente ao capitalismo, aliado às suas crises cíclicas têm gerado ao *seio do sistema* (GODELIER, 2001), efeitos perversos no tecido social e mutações no mundo do trabalho e no universo sindical (ALVES, 2009). Nos últimos anos, particularmente depois da década de 1970, e por forças das crises de 1973, 2008 e 2012, os trabalhadores têm perdido direitos sociais adquiridos via movimento sindical e vivenciado a precarização nas condições de trabalho como a ampliação da jornada e perda de garantias trabalhistas. Tal contexto tem causado, talvez, a maior crise das relações de produção desde o nascimento da classe trabalhadora enquanto classe social (Marx, 1967) e do próprio movimento operário inglês que provocaram mutações intensas, de ordens diferenciadas, e que, no seu conjunto, acabaram por acarretar consequências negativas no interior do movimento operário, e, em particular, no âmbito do movimento sindical. (ANTUNES, 2002, p. 167). Neste contexto, novas morfologias do trabalho emergem aliadas às estratégias de sobrevivência dos segmentos *desfiliados* como diria CASTEL (1997), a exemplo dos catadores de resíduos que encontramos, especialmente nas grandes cidades. Esses trabalhadores, historicamente, sempre estiveram às margens do mercado de trabalho formal e atuam na informalidade ou sob a assistência de políticas públicas. As questões centrais da pesquisa ora apresentada são: como relacionar as novas configurações e morfologias do trabalho e as suas instituições de reivindicação? Como o trabalho de catadores vem sendo pensado e gerido pelas políticas públicas afetas e como estas tem se interagido com as relações e laços estabelecidos entre sujeitos e grupos que vivem na condição de catador(a)? As formas associativas tem promovido a desejada emancipação social de catadores? Neste *paper*, discutimos a experiência dos catadores de resíduos sólidos na cidade de João Pessoa, Paraíba, Brasil, que trabalham na informalidade, mas estão inseridos na política municipal de resíduos do município, intitulado Acordo Verde que incentiva as formas associativas de organização do trabalho de catadores(as). Por meio de pesquisa qualitativa, buscamos verificar se as experiências associativas promovem a emancipação social ou somente, reproduzem as relações de marginalização e precarização do trabalho de catadores.

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi construído no âmbito de pesquisa em nível de doutorado, tendo como objetivo, analisar o trabalho de cooperativas e associações como um modelo autogestionado e coletivo dos trabalhadores, verificando como tal modelo pode contribuir para a inclusão social e renda dos trabalhadores no contexto de grandes mudanças trazidas pela crise trabalho

Partimos do pressuposto de que o desenvolvimento do capitalismo trouxe fortes mudanças nas relações sociais, levando os trabalhadores a praticar a venda de sua força de trabalho em troca de um salário, quase sempre insuficiente para seu sustento e que por isto mesmo, dificilmente o tiraria de sua

condição de explorado, sendo submetido a novas formas da exclusão existentes na sociedade contemporânea que criaram uma sociedade salarial baseada no: não-acabamento, na ambiguidade de alguns de seus efeitos, e o caráter contraditório de alguns outros (CASTEL, 1998, p. 500).

A partir da crise do modelo de produção industrial baseado no paradigma taylorista e fordista, nos EUA, desenvolveu-se o modelo de racionalização no qual a produção de massa significava consumo de massa (HARVEY, 1992) e percebeu-se que “*as relações de trabalho, os laços de afinidade (...), em decorrência de uma dinâmica de incertezas e de mudanças constantes de emprego e de moradia*” (SENNETT, 1999, in OLIVEIRA, 1999, p. 364), deram força ao modelo dito flexível que levou às incertezas e inconstâncias do desemprego estrutural como resultado da inovação tecnológica nas indústrias juntamente com o acirramento das desigualdades. Segundo Antunes:

Nos últimos anos, particularmente depois da década de 1970, o mundo do trabalho vivenciou uma situação fortemente crítica, talvez a maior desde o nascimento da classe trabalhadora e do próprio movimento operário inglês (...) ocorrem mutações intensas, de ordens diferenciadas, e que, no seu conjunto, acabaram por acarretar consequências muito fortes no interior do movimento operário, e, em particular, no âmbito do movimento sindical. (ANTUNES, 2002, p. 167).

O quadro econômico mundial baseado na especulação e na queda da produtividade em muitos setores, concebe esta visão de Harvey, do Estado como ‘tutor’ dos interesses privatistas em desfavor do investimento em políticas sociais o que provocou o aumento da concentração de renda e, conseqüentemente, maior exclusão social a bens e serviços básicos e a falta de acesso a políticas de interesses das grandes minorias sociais.

Por outro lado, consideramos, assim, uma economia de produção sustentável aquela que possui uma ‘*nova forma de produzir, vender, comprar e trocar, buscando formas inovadoras e alternativas de geração de trabalho e renda, numa perspectiva de inclusão social, organizada sob a forma de cooperativas*’<sup>1</sup>. Esta nova forma de produzir está pautada num tipo de democracia participativa e associativista/cooperativista fortalecida pela necessidade de trabalhadores se organizar em face das sucessivas crises do capitalismo e das transformações ocorridas no campo do trabalho.

Neste contexto, alguns pequenos agricultores, operários, comerciantes e outros trabalhadores, a exemplo dos catadores(as), tentam enfrentar e sobreviver ao modo capitalista de produção, dentro da perspectiva do que os teóricos da antropologia econômica ou social de Marcel Mauss (1872-1950), Karl Polanyi (1886-1964) e Maurice Godelier (1934) sinalizaram como formas não utilitaristas<sup>2</sup> (a serem melhor explicadas posteriormente), a partir de relações cooperativas e associativas de trabalho e produção para além do capital.

As experiências cooperativas e associativas modernas são explicáveis a partir dos ensinamentos obtidos pelos estudos de sociedades pré-capitalistas cujas formas de organização são interpretadas, atualmente, como formas de resistência ou alternativas às contradições do modo capitalista, dando origem ao que hoje se chama no Brasil de *Economia Solidária*. Vale registrar que aqui tal conceito é tratado de forma interdisciplinar e que se baseia nas experiências de grupos que desenvolvem laços de solidariedade, trabalho coletivo e de autogestão, se contrapondo ou se ressignificando à lógica capitalista do lucro e da competição num modo diferenciado de trabalhar e produzir coletiva e cooperativamente.

<sup>1</sup> Conceito extraído do sítio do Ministério do Trabalho - <http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/o-que-e-economia-solidaria.htm>

<sup>2</sup> Em oposição aos conceitos utilitários de Bentham (1776) e Mill (1863).

Foi nesta ótica de resistência e enfrentamento ao modo capitalista e suas contradições que surgiram as primeiras experiências de associativismo e cooperativismo na França e Inglaterra nos anos de 1820, tendo como modelo altamente difundido, a cooperativa de trabalho de Rochdale, criada no bairro de mesmo nome, em Manchester-Inglaterra no ano de 1844, a partir da experiência de organização do trabalho e produção coletiva, formada por 28 operários que trabalhavam num regime pautado pela cooperação entre os membros que eram igualmente responsáveis por lucros e obrigações e sem hierarquia, tentava fazer frente à relação assalariada capitalista, onde Rochdale também foi responsável por criar os primeiros modelos de consumo em rede cooperativa onde trabalhadores primavam pelo consumo de seus próprios produtos, gerando redes de produção e consumo local.

Mondragón, no país Basco, unidade autônoma da Espanha se tornou um exemplo modelar do modelo cooperativo onde um complexo de mais de cem empresas nos mais variados setores da economia como indústria, finanças, serviços e tecnologia e que ostenta, atualmente, um ativo de mais de 33 milhões de euros, mais de 83 mil postos de trabalho (cerca de vinte foram extintos por conta da crise europeia) e onde as mulheres alcançam 44% de participação (Mondragon-Corporacion, 2012). Isto concede o título ao complexo como a sétima maior força econômica da Espanha.

Guardadas as devidas proporções, várias experiências de trabalho associativista e cooperativista vem sendo desenvolvidos com sucesso na contemporaneidade. O modelo de organização social voltados para a lógica da produção e trabalho coletivos e autogestionado vem disseminando nos mais variados tipos de trabalho, ora em enfrentamento ao desemprego estrutural ora em consequência das novas configurações e morfologias do trabalho impostas pelas conjunturas econômicas ou pelo avanço de políticas públicas que afetam diretamente os trabalhadores, como é o caso de catadores que vem experimentando as consequências do redimensionamento social, cultura e mercadológico de materiais recicláveis juntamente com o discurso da sustentabilidade ambiental.

## 1. CRISE DO TRABALHO E O ASSOCIATIVISMO COMO MODELO DE ORGANIZAÇÃO DOS CATADORES NO BRASIL

Com o advento da discussão da sustentabilidade ambiental nos anos noventa que dá destaque à questão gestão de resíduos e do trabalho precarizado de catadores(as) de todo o Brasil, estes tem se mobilizado e chegaram a criar o Movimento Nacional de Catadores(as) de Material Reciclável (MNCR), em meados de 1999, que vem se consolidando na luta pela inclusão e valorização social destes trabalhadores e por sua organização na forma de cooperativas ou associações, visando a geração de renda e garantia de postos de trabalho.

A partir da preocupação com a crise estrutural capitalista e o desenvolvimento das formas associativas de organização, a pesquisa ora em andamento, buscou evidenciar as origens e os argumentos teóricos sobre a prática da Economia Solidária enquanto alternativa a trabalhadores e a sua pertinência enquanto objetivo e componente de propostas de políticas públicas voltadas para a questão do trabalho, aqui no caso, no setor de resíduos. Assim, a Coleta Seletiva Solidária aponta uma forma de organização social e de trabalho, a partir de uma perspectiva solidária e de um desenvolvimento sustentável cujo termo será detalhado adiante.

Ao considerarmos a situação de vulnerabilidade dos catadores e ainda, a necessidade de dar um tratamento adequado à questão dos resíduos para muito além da perspectiva do saneamento, nos convencemos da necessidade da implementação de políticas públicas que apliquem a devida atenção ao quadro de precarização destes trabalhadores. Eles que vivem na perigosa zona da exclusão e da indigência social, amargam a condição social de não alcançar as exigências de empregabilidade que o mercado requer nem os recursos para as condições básicas de sobrevivência.

A partir desta situação de exclusão, fizemos uma leitura focada em torno da Economia Solidária, nos apoiando nas reflexões de autores como (GAIGER, 2004), (SINGER, 2002), (SANTOS, 2005), (ARRUDA, 1996), e (ALVES, 2009), tomando como pressuposto que os catadores(as),

enquanto trabalhadores de baixíssima renda e desprovidos de diversos tipos de acessos a bens e serviços sociais, vem encontrando, no trabalho associativo, uma forma de organização social e de trabalho. Neste modelo em não acabado, mas em constante processo de construção, tentam se fundar e alicerçar premissas de uma economia de resistência ao desemprego estrutural e que funcione como veículo de emancipação política e social por meio do trabalho. Daí, identificamos a autogestão e a divisão coletiva do trabalho e do produto como pilares, do que atualmente se chama no Brasil, de Economia Solidária.

Assim, partimos do pressuposto de que as formas cooperativas e associativas de organização podem trazer uma nova perspectiva a trabalhadores que diante do quadro de desemprego ou de condições precarizadas de trabalho formal ou informal, tornam-se um rico campo de experiências e de relações sociais ora conflitantes, ora convergentes ou complementares.

Considerando as políticas públicas voltadas para a gestão de resíduos e as condições de fragilidade social dos catadores, buscamos identificar os marcos legais afetos a este universo de trabalhadores. Daí, consideramos como parte do conjunto de diretrizes, as políticas e programas de Estado amparados no arcabouço legal, que no caso brasileiro inicia-se pela PNMA – Política Nacional de Meio Ambiente regida pela Lei 6.938/1981. Tal política tem como parte integrante, as ações voltadas para a gestão de resíduos sólidos que conta, mais recentemente, com a promulgação da Lei n.º 12.305/2010 a qual institui a Política Nacional de Resíduos (PNRS).

A lei atenta ao trabalho cooperativo ou associativo dos catadores(as) em seu Artigo 8.º, inciso IV e abriga esse trabalhadores nos seus princípios, objetivos e instrumentos. Isto denota a importância e a de organização desses trabalhadores que vem se organizando cada vez mais pelos princípios de uma economia diferente, já conhecidamente como Economia Solidária, conforme mencionado anteriormente.

A relação entre coleta seletiva de resíduos e o trabalho cooperativo ou associativo no Brasil, fomentou o surgimento da Coleta Seletiva Solidária que nasce em termos legais, a partir do Decreto n.º 5.940/2006 que gerou um marco legal para a prática da coleta seletiva no setor público, buscando incluir, socialmente, os catadores.

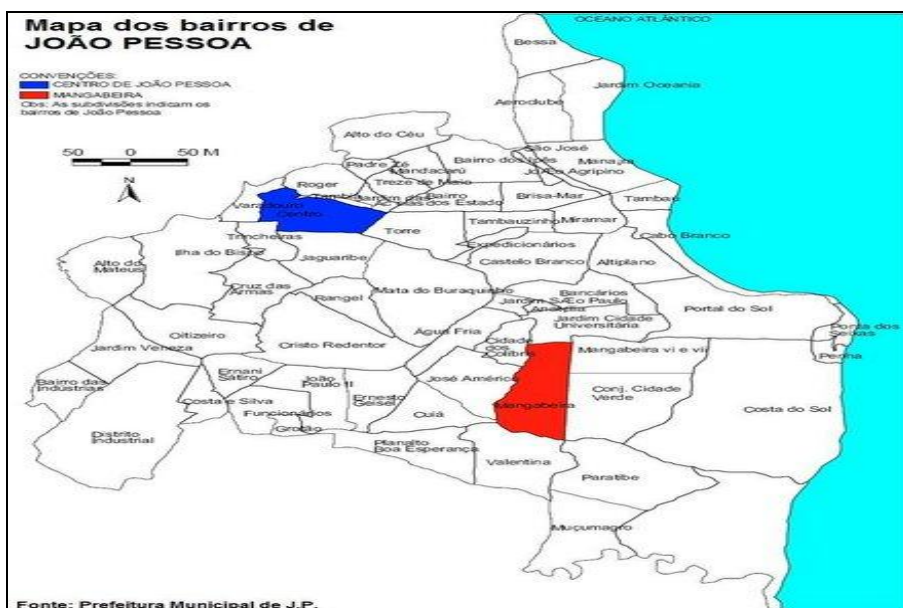
A pesquisa ora apresentada e ainda em curso, contou com uma metodologia quantitativa e qualitativa por meio de levantamento documental, questionários e entrevistas, buscando apresentar uma caracterização detalhada e o perfil das entidades investigadas, bem como caracterizar o ato cooperativo e as principais implicações deste para os catadores.

As entidades investigadas no âmbito da atividade de catadores, ambas localizadas na Zona Urbana de João Pessoa, foram:

1. ASTRAMARE - Associação de Trabalhadores de Material Reciclável e,
2. Associação Acordo Verde Jardim Cidade Universitária.

De início, detectamos que as entidades tratam-se de associações e não de cooperativas, tendo o aspecto jurídico com principal argumento para a escolha do modelo, nas falas dos entrevistados que alegam ser a associação mais simples de se constituir juridicamente.

O município de João Pessoa conta com 65 bairros, onde a atividade de catação se distribui na varados pontos. Contudo, a parte central da cidade abrigava um Lixão, no bairro do Roger, que foi substituído pelo Aterro Sanitário, construído há cerca de 20km de distância, no Distrito Industrial, dentro de uma área particular, regido na forma de concessão.



A primeira informação relevante para a pesquisa reside no fato de que o trabalho associativo dos catadores da cidade de João Pessoa, se remete à política de resíduos do município, sobretudo pelo processo de extinção da Lixão da cidade, passando pela implementação da coleta seletiva na cidade.

Assim, a prática do associativismo na atividade de catação remonta ao processo de extinção do antigo Lixão do Roger, que se localizava na zona central da cidade, a partir dos anos 2000. Por ocasião da extinção do lixão e criação do Aterro Sanitário, a prefeitura teve a iniciativa de criar associações de catadores para tratar da questão do trabalho de centenas de catadores que habitavam e trabalhavam dentro e nas cercanias do lixão.

A ideia ou o discurso da prefeitura era criar entidades de organização dos catadores, dentro da perspectiva do associativismo, na expectativa de propiciar geração de renda e inclusão social a esses trabalhadores. A primeira associação criada foi a ASTRAMARE - Associação de Trabalhadores de Material Reciclável, com cerca de duzentos catadores cadastrados pela prefeitura.

Essas iniciativas fizeram parte da implementação do projeto Acordo Verde, sendo ele a ação governamental de coleta seletiva da cidade. Com o avanço do projeto, foram criados galpões de triagem e a associação Acordo Verde Cidade Universitária, por volta do ano de 2007.

Durante a pesquisa, foram realizadas entrevistas com o então Coordenador do Núcleo de Coleta Seletiva da EMLUR – Empresa Municipal de Limpeza Urbana, autarquia municipal responsável pela coleta de resíduos da cidade de João Pessoa, na capital do estado da Paraíba, localizada no Bairro dos Estados, o então presidente da ASTRAMARE e a líder da associação ACORDO VERDE. Também entrevistamos o gestor do Galpão localizado entre o bairro dos Bancários e a Cidade Jardim Universitária, como um dos galpões onde as associações atuam, assim distribuídos:

- Roger,
- Distrito Industrial (Aterro Sanitário),
- Bessa,
- Cidade Jardim Universitário
- Mangabeira.

Também foram aplicados questionários junto aos associados e pelo critério da acessibilidade, durante toda a pesquisa, foram aplicados 33 (trinta e três) questionários sendo 23 (vinte e três) membros da ASTRAMARE e 10 (dez) membros da ACORDO VERDE. Dessa forma, foram inquiridas e entrevistadas 36 (trinta e seis) pessoas no total da pesquisa. Todos os dados coletados serviram de

subsídio para as descrições e análises ora apresentadas, visando à conclusão da referida pesquisa e apresentação dos resultados da mesma.

Com o avanço da pesquisa, foi possível aprofundar e detalhar as informações já levantadas nas fases anteriores tornando possível realizar mais análises, bem como apontar pontos fracos e fortes do ato associativo dos catadores e ainda, buscar propor ações de mitigação ou melhorias no que concerne ao ato associativo para o setor de materiais recicláveis.

Com o intuito de apresentar a descrever, de forma organizada, as informações coletadas, buscando caracterizar três aspectos, estando assim distribuídos:

- 1.1 - Perfil Sócio Econômico dos Catadores;
- 1.2 - Perfil da Gestão do Empreendimento;
- 1.3 - Análises e recomendações.

## **1.1 - PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO DOS CATADORES**

Nesta sessão assim, apresentamos algumas informações relativas ao perfil dos trabalhadores envolvidos e ainda uma classificação simplificada acerca dos atores sociais envolvidos, buscando realizar um desenho da atuação dos diversos atores envolvidos no processo de coleta seletiva solidária na cidade de João Pessoa/PB.

### **1.1.1 Faixa etária**

A partir dos dados coletados, percebemos vários aspectos pertinentes ao perfil dos trabalhadores como, por exemplo, que 25% da população investigada se encontra na faixa etária jovem e 62% na faixa etária adulta até sessenta anos, conforme classificação do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística<sup>3</sup>. Isto indica que a totalidade se enquadra como População Economicamente Ativa e se encontra desempregada.

### **1.1.2 Questões de gênero**

Segundo a maioria dos entrevistados não há discriminações de gênero na atividade, prova disso é que 42% dos pesquisados são mulheres, dentro da amostra. Vale ressaltar, porém, que esta proporção não corresponde realmente à realidade visto que muitos homens se recusaram a participar da pesquisa, restando uma maior disposição das mulheres em responder às perguntas. Certamente isto influenciou numa incidência menor dos homens na pesquisa.

Registra-se que mesmo assim, ficou demonstrado o reconhecimento por parte dos homens, a percepção de uma maior fragilidade das mulheres para carregar peso e desempenhar tarefas mais pesadas pelas mulheres o que justifica sua produtividade ser, às vezes, menor. Segundo as conversas, este fator se reflete no momento da partição do dinheiro das vendas, dentro dos grupos e explica um rendimento um pouco menor para as mulheres.

Os filhos das catadoras geralmente ficam em creches municipais ou vão até à sede para a triagem do material. A suas atividades como donas de casa, apesar de reconhecidas e respeitadas pela maioria dos pesquisados, não alteram muito sua participação nas atividades da associação.

Além identificar os atores envolvidos na coleta seletiva da cidade é salutar compreender a rede que se cria, bem como vislumbrar os caminhos a serem percorridos para que tal rede esteja articulada de forma inclusiva, propiciando um diálogo participativo e interativo entre seus atores. Tal reflexão será melhor abordada na sessão III do presente relatório.

---

<sup>3</sup> Vide faixas no link [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/populacao\\_jovem\\_brasil/default.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/populacao_jovem_brasil/default.shtm)

## 1.2 - Perfil da Gestão do empreendimento

Conforme já relatado no 2.º Produto, o ato constitutivo da associação requer dos catadores o atendimento de requisitos legais, tais como:

- Possuir sede própria;
- Elaborar e aprovar estatuto;
- Realizar Assembleia para aprovação e constituição da diretoria da associação;
- Obter associação de membros em número mínimo de vinte;
- Obter recursos financeiros para pagamento de taxas de registro junto a cartório e poder público;
- Obter as licenças e autorizações necessárias para funcionamento;
- Outras exigências legais preconizadas pela legislação vigente.

Considerando, por exemplo, que no caso das associações de João Pessoa/PB, tais requisitos foram providenciados pela prefeitura, a qual doou instalações no próprio aterro sanitário do Roger para funcionamento da sede da associação, bem como providenciou o pagamento de todas as taxas de registro de ata e estatuto e autorizações necessárias.

O que denota e confirma que mais que pela iniciativa e organização dos próprios catadores, foi o poder público o grande responsável pela formalização da associação ASTRAMARES e ao que parece, pela criação da Acordo Verde também, restando evidente que a legislação vigente é no mínimo, inadequada para a realidade social de trabalhadores como os catadores de material reciclável.

Fica assim, evidente, que nenhum benefício específico oferecido no que tange aos direitos sociais ou trabalhistas como remuneração, descanso remunerado, 13.º salário, etc. A falta de previsão de direitos nos alerta para a falta de garantia formal, seja por deficiências legais no que tange a especificação de direitos ou de obrigatoriedade de alocação de recurso no âmbito das Leis de Diretrizes Orçamentárias que possam garantir o alcance de direitos aos associados.

Também foi detectado que existe um grande número de catadores não organizados na forma de cooperativa ou associação. Segundo a EMLUR, seriam mais de quinhentos dos quais pouco mais de duzentos estão associados ou ao menos, registrados em um das duas associações.

Uma informação quase que unânime, é que todos sofrem pela ação de ‘atravessadores’ quais sejam, comerciantes que possuem capital de giro e transporte próprio (itens que os catadores não possuem) e compram o material deles para revender às fábricas recicladoras. Esta prática acaba por desvalorizar o preço de materiais, estabelecendo uma relação de dependência no que diz respeito ao transporte do material coletado até os compradores.

Merece destaque o fato de que pudemos identificar a figura do ‘boqueiro’ que é aquele trabalhador que trabalha descarregando o caminhão de lixo, vindo da coleta da cidade. Este trabalhador recebe R\$10,00 por ‘carrada’ de material descarregado. Isto significa que além de participar do rateio da venda do material separado, também recebe pelo trabalho realizado a mais por descarregar material de cima do caminhão. Ressalta-se que somente uma mulher catadora declarou realizar tal tipo de tarefa, considerada bastante pesada pelos trabalhadores entrevistados.

Vale destacar ainda, que a exigência do recebimento diário e em espécie por parte dos trabalhadores coloca um problema para a prática associativa e criação de um fundo associativo, pois necessitariam esperar mais tempo para juntar quantidades maiores de material e assim, obter um preço melhor pela venda que permitisse arcar com os custos da associação (como impostos, taxas, emissão de notas fiscais), manter um fundo para o capital de giro, que não possuem, e cumprir com uma de suas obrigações estatutárias que é a contribuição de 1% do valor de um salário mínimo de cada associado para manutenção do fundo associativo. Tal fundo não existe atualmente.

Outra prática discordante do modo associativo de trabalho foi revelado pelos membros da diretoria da associação ASTRAMARE que revelou que Diretores, Secretários e tesoureiros recebem

um salário no valor de R\$800,00. Chegamos a descobrir que um dos secretários é casado com uma das tesoureiras e juntos recebem um salário de R\$1.600,00 e não realizam tarefas de separação, mas apenas supervisionam os trabalhos dos demais, estabelecendo relações de hierarquia. Tais informações são totalmente destoantes da proposta associativa e fora dos propósitos da Economia Solidária.

Percebeu-se, claramente, a falta de articulação do projeto do Acordo Verde com os demais atores como a Rede de Lixo e Cidadania que atua, há vários anos, no setor articulada com o Movimento Nacional de Catadores de Material Reciclável (MNCR), entidades de apoio como a Cáritas, agências de financiamentos e capacitação como a Incubadora de empreendimentos solidários das Universidades e diversas entidades que poderiam firmar parcerias e fortalecer por meio de financiamento ou consultoria técnica, as ações já desenvolvidas.

Em conversa com representantes da Rede Lixo e Cidadania descobrimos que não há mais articulação entre a rede e a ASTRAMARE por conta de inúmeras tentativas frustradas de imprimir formação e capacitação nos conceitos e valores associativos e no caso da ACORDO VERDE, esta, limita-se articular-se unicamente com a prefeitura, que tem oferecido suporte direto pela disponibilização dos Galpões e sua infra-estrutura. Cabe aqui uma reflexão sobre os mecanismos de ampliação das relações institucionais visando à diversificação da rede que integra a política de resíduos em convergência com as experiências de Economia Solidária no município de João Pessoa/PB.

### **1.2.2 A experiência laboral da associação e as relações de dependência**

Como já é sabido desde o relatório anterior, segundo novo código civil as associações são uniões de pessoas para fins não econômicos. Assim, associação é uma entidade sem fins lucrativos e não pode comercializar diretamente os produtos de seus associados ao cliente final.

Nasce aí, uma das grandes dificuldades de gestão e de relação de dependência da associação. Segundo relato dos pesquisados, desde a criação da associação, a prefeitura vinha intermediando as relações comerciais entre a associação e os compradores.

Todos relatam que para vender material diretamente às grandes fábricas e empresas, as quais pagam um preço melhor, é preciso juntar uma grande quantidade de material e levá-lo até às suas instalações na forma de pronta-entrega. No caso de metal ou plástico, por exemplo, negocia-se quantidades em torno de uma tonelada. Ainda assim, o pagamento não é feito totalmente à vista, podendo levar até 60 dias para ser realizado. Um pequeno grupo de catadores ou uma associação, não possui capital de giro suficiente para aguardar tanto tempo para juntar tanto material e receber, muito menos possui capacidade de transportá-lo.

É neste momento que entra a figura do atravessador, que detendo dinheiro vivo paga um valor muito abaixo do mercado e possuindo transporte próprio, compra o material e leva-o diretamente às empresas em grandes quantidades e recebendo um lucro considerável, mesmo que num prazo maior. Foi relatado pelos pesquisados que alguns atravessadores ou sucateiros possuem mais de dez caminhões para este tipo de comercialização o que configura larga vantagem comercial. Há indícios de que funcionários da prefeitura podem fazer parte de tal esquema de venda de material reciclável, segundo relato dos pesquisados.

### **1.3 - Análises e recomendações**

Ficou evidente que a iniciativa da formação das associações não partiu dos próprios catadores que demonstraram pouco preparo e organização social insuficiente para reunir os elementos associativos tanto legais e sobretudo, quanto aos aspectos das relações sociais do tipo associativo, dentro dos parâmetros da Economia Solidária. Toda a movimentação teve origem na intervenção do poder público por ocasião da extinção do Lixão do Roger. Dificilmente os grupos observados teriam condições de atender às condições legais para criar e manter as associações por iniciativa própria, sem



a intermediação do poder público. Nem mesmo suas lideranças apresentaram capacitação para entender a gestão e atuar de forma autônoma e consciente das atividades da associação, conforme demonstrou a fala da líder da associação Acordo Verde ao relatar sobre a relação entre a associação e outras entidades e até com o poder público, demonstrando desconhecimento sobre as atividades da associação e de como se dá a sua organização e legalidade.

Assim, se por um lado a extinção do lixão representou um avanço na política de gestão de resíduos da cidade com bons reflexos nas condições de saneamento e ambientais da cidade, por outro, deixaria um enorme contingente de pessoas desprovidas de sua única atividade de trabalho e local de moradia. Tal situação exerceu ainda mais pressão por força da interferência da opinião pública e do Ministério Público que forçou a prefeitura a desenvolver ações voltadas para o trabalho de catadores avançando para as primeiras tentativas de implementar uma política de coleta seletiva por meio da construção dos galpões para realizar a separação de resíduos e buscar a criação de associações para incorporar o trabalho de catadores e implementar uma política de resíduos que foi batizada de projeto Acordo Verde que ainda não conseguiu propiciar uma inserção dos catadores ao ponto de promover a sua emancipação social.

A partir das necessidades imediatas apontadas pelas associações estão e ainda, observando-se as deficiências da gestão dos resíduos face ao trabalho associativo dos catadores, chegamos a elucidar 16 recomendações que visam apontar melhorias pontuais e objetivas à Coleta Seletiva Solidária de João no âmbito do Protocolo Acordo Verde, conforma quadro abaixo:

<b>RECOMENDAÇÕES PARA A POLÍTICA PÚBLICA DO TRABALHO ASSOCIATIVO NA COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA – JOÃO PESSOA/PB</b>
<b>1. Disponibilidade de veículos e suas manutenções para o transporte dos materiais;</b>
<b>2. Apoio para o transporte dos trabalhadores;</b>
<b>3. Regularização junto aos órgãos de arrecadação (Receita Federal e estadual);</b>
<b>4. Fornecimento de Uniformes e de Equipamentos de Proteção Individual;</b>
<b>5. Aquisição de carrinhos de coleta novos e adequados;</b>
<b>6. Aquisição de maquinário para tratamento dos materiais separados;</b>
<b>7. Criação e manutenção de fundo financeiro das associações;</b>
<b>8. Retomada dos valores associativistas para melhoria do funcionamento da associação;</b>
<b>9. Necessidade de participação em projetos de incentivo às atividades de coleta e reciclagem para captação de recursos humanos e financeiros;</b>
<b>10. Articulação com as entidades integrantes da rede de coleta e reciclagem de materiais, seja no fomento financeiro ou na capacitação e representação política, como o MNCR, Cáritas, Incubadoras, FBES, etc;</b>
<b>11. Participação em eventos de representação política;</b>
<b>12. Participação de treinamentos e capacitação em atividades de reciclagem para ampliação das atividades e venda de produtos próprios;</b>
<b>13. Aumento da participação do poder público no fomento e financiamento dos custos de manutenção da associação, seja por fundos solidários, linhas de crédito, etc;</b>
<b>14. Criação de marcos regulatórios para a política de resíduos da cidade que prevejam ações sociais. Regulamentação do protocolo Acordo Verde;</b>
<b>15. Previsão Orçamentária para custos e demandas das associações;</b>
<b>16. Isenção de impostos ou taxas para as associações;</b>
<b>17. Criação de um programa continuado de capacitação em Economia Solidária, gestão e de reciclagem.</b>

Com efeito, as recomendações acima elencadas não esgotam os caminhos que devem ser trilhados para a consolidação de uma política de resíduos dentro dos princípios e propósitos da Economia Solidária. Obviamente, todas as observações acima descritas estão longe de esgotar todos os

desdobramentos da Coleta Seletiva Solidária de João Pessoa onde o cooperativismo e associativismo ainda se demonstram como formas de organização em plena gestação cuja consolidação depende fortemente do comprometimento do poder público e seus investimentos financeiros e humanos como elementos fundantes desta iniciativa.

Confirma-se novamente a necessária unificação de esforços e sobretudo, um efetivo comprometimento dos governos e Estado para promover políticas sociais continuadas, buscando fundamentação legal, garantia de recursos e sobretudo, políticas claras que prevejam mecanismos de continuidade a longo prazo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Giovanni. Trabalho e reestruturação produtiva no Brasil neoliberal – Precarização do trabalho e redundância salarial. Rev. Katál. Florianópolis v. 12 n. 2 p. 188-197 jul./dez. 2009

ALVES, Giovanni & ANTUNES, Ricardo. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. Educ. Soc., Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 8.<sup>a</sup> Ed., 2002.

ARRUDA, Marcos. Globalização e sociedade civil: repensando o cooperativismo no contexto da cidadania ativa. (Texto preparado para apresentação na Conferência sobre Globalização e Cidadania, organizada pelo Instituto de Pesquisas da ONU para o Desenvolvimento Social), Genebra, 9-11 dez., 1996.

CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Rio de Janeiro. Vozes, 1998.

DRAIBE, Sônia. As políticas sociais brasileiras: diagnóstico e perspectivas de políticas públicas. In: IPEA/IPLAN. Para a década de 90: prioridades e perspectivas de políticas públicas. Brasília. 1990.

DURKHEIM, Émile. As formas elementares da vida religiosa. 1912.

\_\_\_\_\_. Da Divisão do Trabalho Social. 2<sup>a</sup> ed. São Paulo: Martins Fontes, [1893] 2004.

EIGENHEER, E. M. (Org.) Coleta seletiva de lixo. Rio de Janeiro: Iser, 1993.

ELIAS, Norbert. Introdução à Sociologia. Lisboa: Martins Fontes, 1970.

GAIGER, Luiz Inácio Germany (org). Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil. Porto Alegre, Ed. UFRGS, 2004.

GIDDENS, Anthony. As conseqüências da modernidade. Tradução de Raul Fiker. – São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GODELIER Maurice. O Enigma do Dom. 1º capítulo, Editora Civilização Brasileira, 2001. Fonte: Coojornal - Cooperativa Jornalística Digital ([www.riotal.com.br/coojornal/](http://www.riotal.com.br/coojornal/))

HARVEY, David. Condição Pós-Moderna, São Paulo, Edições Loyola, 1992.

\_\_\_\_\_. Neoliberalismo como destruição criativa. Interfacehes, 2007.

MARX, Karl. O Capital. Cap. I. A Mercadoria, VI. I, [1867].

MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In : \_\_\_\_\_. Sociologia e Antropologia. v. II. São Paulo : Edusp. 1974 [1923-24].

OLIVEIRA, Luiz P. A Corrosão do caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo. CADERNO CRH, Salvador, n. 30/31, p. 363-367, jan./dez. 1999, Resenha.

POLANYI, Karl. A Grande Transformação: As origens da nossa época, 9ª edição, Editora Campus, Rio de Janeiro. Tradução de The Great Transformation, publicado, originalmente por Reinhart & Company [1944], 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org). Democratizar a democracia: Os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.

\_\_\_\_\_. Produzir para viver: Os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.

SENNETT, Richard. A Corrosão do caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Trad. Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SINGER, Paul. Globalização e Desemprego – Diagnósticos e Alternativas, São Paulo, Ed. Contexto, 1998.